

DIPLOMACIA DIGITAL NA GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Constantina José Malú

Luís Miguel Dias Caetano

RESUMO

O surgimento da diplomacia digital não só encurtou a distância, mas também introduziu mudanças consideráveis nas relações internacionais. Com isso, apesar do seu potencial, a sua implementação enfrenta grandes desafios para a Guiné-Bissau. Este estudo objetivou analisar os desafios e as oportunidades para a implementação da diplomacia digital na Guiné-Bissau, com foco na sua infraestrutura tecnológica e na inclusão dos atores institucionais. A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com uma abordagem metodológica mista, com base nas técnicas de pesquisa bibliográficas e documental, a coleta de dados sobre a percepção dos atores institucionais foi realizada por meio de um questionário semiaberto aplicado a 21 participantes. Os resultados mostraram a importância da diplomacia digital como forma de fortalecer a imagem internacional da Guiné Bissau, porém apontaram a limitação da internet e a infraestrutura regular como principais desafios para a sua implementação. Assim, a integração da diplomacia digital exige investimentos em conectividade, capacitação dos atores e parcerias internacionais, inspirando em experiências internacionais de países como Senegal, Quênia e Cabo-Verde. Em vista disso, o estudo evidenciou a necessidade de uma estratégia nacional que articule a tecnologia, a governança e a política externa a fim de que a Guiné Bissau se posicione no cenário global, sendo mais competitiva e soberana.

Palavras-chave: Diplomacia digital; Infraestrutura tecnológica; Transformação digital; Atores institucionais; Guiné Bissau.

INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo, a era digital trouxe transformações profundas para a diplomacia, permitindo que os estados utilizem plataformas tecnológicas para fortalecer suas relações internacionais e sua projeção global. A diplomacia digital surge como a incorporação de ferramentas digitais e plataformas online nas práticas diplomáticas tradicionais, com o intuito de aproximar o estado dos cidadãos, ampliar a visibilidade internacional e fortalecer a atuação global (Rolo, 2016; Manor, 2016).

A diplomacia digital considera-se como uso de diferentes tecnologias digitais, como as tecnologias de informação e de comunicação (TIC's), softwares, análise de big data e recursos de inteligência artificial para apoiar a execução das funções diplomáticas (Robertson, 2018). Com isso, apesar do seu potencial, a sua implementação enfrenta desafios consideráveis, especialmente nos países em desenvolvimento, como a Guiné-Bissau.

Ferreira (2020), afirma que o avanço da tecnologia, acelerado por crises como a pandemia da Covid-19, mostrou que o uso das tecnologias digitais é importante para garantir a continuidade das relações políticas e econômicas em um mundo interconectado. Na Guiné Bissau, perante desafios estruturais da conectividade e da infraestrutura tecnológica, a implementação da diplomacia digital se torna tanto uma oportunidade de modernização e inserção internacional, quanto um desafio estratégico.

Atualmente, várias tecnologias digitais atuam como agentes de mudança, moldando aspectos diplomáticos, como negociações bilaterais ou multilaterais, serviços consulares, diplomacia pública e comunicações internas nos ministérios dos Negócios Estrangeiros (Wekesa et al., 2021). No entanto, a diplomacia guineense, que sempre foi focada em relações multilaterais e cooperação internacional, precisa se atualizar para acompanhar as novas formas de comunicação no mundo.

O interesse em investigar a diplomacia digital na Guiné-Bissau surgiu no período da pandemia de covid-19 que impôs severas restrições às viagens e contato físico, tornando a diplomacia tradicional, baseada em encontros presenciais, inviável. Assim percebe-se que, hoje em dia, os problemas de um determinado país não são só deles, mas sim global, ou seja, a transição para a diplomacia digital se tornou não apenas uma alternativa, mas uma necessidade. Embora a diplomacia digital esteja crescendo globalmente, é de identificar em vários trabalhos que é um tema ainda pouco estudado conforme declara (Fonseca, 2023).

Em termos geográficos, a Guiné-Bissau está localizada na costa ocidental da África, com uma superfície territorial de 36.125 km². Possui uma população de quase dois milhões de habitantes. Faz fronteira ao Norte com o Senegal e ao Sul e a Leste com a República da Guiné-

Conakry. É banhado pelo Oceano Atlântico, sendo também conhecido pela sua grande diversidade étnica, religiosa e sociocultural (Augel, 2007), o que influencia diretamente sua dinâmica política e internacional.

A relevância deste estudo reside na necessidade crescente de modernização das práticas diplomáticas da Guiné-Bissau, permitindo uma inserção mais competitiva no cenário internacional. Apesar disso, existe uma falta de literatura acadêmica sobre a diplomacia digital em relação ao contexto guineense. Assim, a análise da implementação da diplomacia digital no país pode contribuir para o debate sobre a diplomacia africana, o papel das tecnologias nas relações internacionais, mostrando assim o potencial da digitalização para promover a maior inclusão e participação dos estados, além de contribuir no avanço de pesquisas futuras.

Em um mundo cada vez mais interconectado, a diplomacia digital tornou-se uma ferramenta essencial para fortalecer a presença de países no cenário global. No entanto, países em desenvolvimento, como a Guiné-Bissau, enfrentam desafios significativos na sua implementação, relacionados à infraestrutura tecnológica limitada, capacitação insuficiente e falta de políticas estratégicas. Posto isto, a inquietação é como a Guiné-Bissau pode superar esses desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas pela diplomacia digital?

Assim, objetiva-se neste estudo, analisar os desafios e as oportunidades para a implementação da diplomacia digital na Guiné-Bissau, com foco na sua infraestrutura tecnológica e na inclusão dos atores institucionais. Como objetivos específicos: a) Identificar a infraestrutura tecnológica existente e sua capacidade de suportar a digitalização das práticas diplomáticas; b) Analisar as percepções dos atores institucionais, diplomatas e da sociedade civil sobre a transição para a diplomacia digital. c) Analisar experiências internacionais de diplomacia digital identificando práticas junto de países em desenvolvimento. d) Propor uma proposta de ação para a diplomacia digital na Guiné-Bissau.

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas qualitativa e quantitativa, sendo uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva. A coleta de dados será por meio de um questionário semiaberto.

1 Diplomacia Digital

1.1 Conceito da diplomacia digital

A diplomacia, historicamente reconhecida como o principal instrumento de condução das relações internacionais, foi se modificando ao longo dos séculos para refletir as transformações nos contextos políticos e tecnológicos. Como afirma Melissen (2005, p. 3), "a comunicação oficial direcionada ao público estrangeiro não é um fenômeno novo" sendo uma

prática comum desde o período renascentista, quando os Estados europeus passaram a considerar a opinião pública estrangeira como relevante para a política externa. No entanto, foi com a invenção da imprensa no século XV que a comunicação foi ampliada, permitindo práticas semelhantes às que hoje denominamos de diplomacia pública (Melissen, 2005).

Nesse contexto, o desenvolvimento do ecossistema digital global impulsionou o surgimento da diplomacia digital, que representa a continuidade e a adaptação das práticas diplomáticas tradicionais ao ambiente virtual. Esse processo culmina, atualmente, na incorporação de novas ferramentas e ideias para lidar com um mundo cada vez mais interconectado.

Os avanços da tecnologia de informação e de comunicação mudaram profundamente a forma como vivemos, “elas também se tornaram instrumentos poderosos nas mãos dos governos e atores não estatais para conduzir relações internacionais, promover interesses nacionais e resolver disputas globais” Campus (2023, p. 1). Conseguimos acompanhar eventos globais em tempo real, interagir com pessoas a distância, como também acessar informações de maneira mais rápida. Tanto as atividades cotidianas quanto as mais complexas foram impactadas pelas inovações da era digital.

Desta feita, a diplomacia digital surge enquanto uma extensão contemporânea da diplomacia pública que emprega ferramentas tecnológicas para alcançar audiências globais. Essa prática moderniza as interações interestatais e amplia o engajamento com diferentes públicos, fortalecendo a comunicação e a cooperação no cenário internacional (Bjola e Holmes, 2015). Sua adoção ilustra a necessidade dos Estados adaptarem às novas formas de interação entre os países, nas quais a rapidez dos acontecimentos e a construção de uma imagem internacional dependem, em grande medida, da sua forte presença digital.

Conforme descrito por Rolo (2016), a diplomacia digital surgiu no final do séc. XX, como resposta ao aumento da conectividade global. O avanço da Web 2.0 e das redes sociais transformou a comunicação política, tornando-a mais interativa e acessível. Compreendida como uma extensão da diplomacia tradicional e passa a integrar as estratégias empregadas pelos países para promover seus interesses no exterior. Tais medidas estão alinhadas aos objetivos da política externa que, conforme Jackson e Sørensen (2018), envolvem objetivos, estratégias, medidas, meios, orientações, diretivas e compreensões pelas quais os governos nacionais conduzem suas relações com outros Estados, organizações internacionais e atores não governamentais.

Fonseca (2023) interpreta a diplomacia digital como uma estratégia essencial na comunicação política internacional, e, de forma complementar, Nunes (2021) reforça essa visão

ao destacar que as tecnologias digitais ampliaram a capacidade de intervenção de novos atores e transformaram as dinâmicas da política externa. No entanto, essas tecnologias facilitaram o acesso à informação e permitem que grupos se organizem para apoiar causas, influenciar decisões políticas e promover mudanças na sociedade.

Nesse contexto Nunes (2021, p. 5) afirma que:

Acredita-se que o uso das ferramentas digitais ultrapassa a função de modernização das organizações internacionais. Além de auxiliar na superação de diversos limites, como a restrição de energia, dependência financeira e escopo geográfico, a comunicação digital pode ser estratégica na busca das suas múltiplas tarefas fixadas em suas Cartas Constitutivas.

Sob essa perspectiva, além destas vantagens, as organizações internacionais podem realizar uma série de atividades específicas no ambiente virtual. Para países em desenvolvimento, como a Guiné-Bissau, a importância da diplomacia digital é imprescindível, porque a sua imagem e reputação podem ser moldadas por suas ações no espaço digital.

Como aponta a ONU (2020), a diplomacia digital é crucial para promover direitos humanos, fortalecer a paz e ampliar o diálogo multilateral. Por meio dessa estratégia, os estados procuram estabelecer acordos comerciais, fomentar o turismo, solucionar desavenças e captar investimentos, viabilizando assim, possíveis caminhos para o desenvolvimento e preservação de relações apropriadas no contexto mundial (Araújo, 2023).

De acordo com Ferreira (2020), as tecnologias digitais constituem um recurso valioso na diplomacia, auxiliando na análise e processamento de informações, apoiando nas atividades consulares e nas comunicações de emergências e catástrofes. Além dessas aplicações práticas, Araújo (2023) entende a diplomacia digital, enquanto estratégias de tecnologias digitais e internet com o objetivo de impulsionar a diplomacia, melhorar a comunicação entre atores internacionais e atingir as metas políticas, econômicas e sociais.

Do mesmo modo, Manor (2016) referiu-se ao termo diplomacia digital como o efeito abrangente que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) provocaram na prática diplomática, que vai do e-mail ao smartphone e aos sites de redes sociais. Essa transformação sinaliza um avanço acelerado, percebe-se que a diplomacia digital não envolve apenas meios e estratégias específicas, mas uma mudança mais ampla trazida pela tecnologia. Por sua vez, Robertson (2018), afirma que a diplomacia digital envolve o uso de ferramentas como redes sociais e inovações tecnológicas para fortalecer o soft power, a comunicação e a estratégia política dos governos.

À medida que as relações internacionais evoluem, a diplomacia digital emerge como uma ferramenta indispensável para os Estados que buscam não apenas ampliar sua influência global, mas também promover valores e estabelecer narrativas consistentes com seus objetivos estratégicos. Melissen (2005) argumenta que, para a diplomacia moderna, "sucesso significa abertura e cooperação transnacional", características inerentes à diplomacia digital, pois permitem aos atores se conectarem diretamente com audiências específicas. Dessa forma, a diplomacia digital é mais do que uma extensão tecnológica: constitui uma adaptação necessária às dinâmicas complexas do cenário global contemporâneo.

Sendo um fenômeno relativamente recente e em constante mudança, ainda não há uma definição precisa entre os acadêmicos e profissionais da área. Atualmente, existem diversas expressões que relacionam a influência digital à diplomacia: Diplomacia 2.0, Diplomacia Digital, e-diplomacia, diplomacia numérica ou twiplomacia (Rolo, 2016). Essa variedade de nomes mostra não só a extensão do assunto, mas também os desafios em estabelecer um quadro teórico único para a diplomacia digital.

Entre alguns exemplos de ações da diplomacia digital, pode se destacar a realização de reuniões por videoconferência com órgãos de outros estados, atendimento remoto de emergências, uso de plataformas digitais na gestão consular, como portal de emissão de vistos e a interação com a diáspora por meio de canais digitais (Wekesa *et al.* 2021). Essas ações evidenciam a incorporação das tecnologias digitais nas funções diplomáticas.

1.2 Percepção e participação dos Atores na diplomacia digital

A diplomacia digital vai além da simples adoção das ferramentas tecnológicas pelos Estados, também envolve de uma maneira ampla, a percepção e a participação dos diversos atores que compõem o cenário diplomático atual. Com isso, a atuação inclui, interações organizacionais e o cultivo de relacionamentos entre entidades estatais e não estatais, envolvendo representantes políticos e enviados oficiais, ou seja, agentes sociais e governamentais com papéis cada vez mais relevantes no processo de diálogo internacional (Dantas e Aguiar, 2024).

Essa prática envolve tanto diplomatas tradicionais quanto atores da sociedade civil e do setor privado, apesar disso, a utilização das tecnologias digitais na política externa ocorre de forma ocasional, sem estratégias sistemáticas claramente estruturadas (Wekesa; Turianskyi; Ayodele, 2021). Dessa forma, os atores passaram a desempenhar um papel mais ativo em relação à promoção da imagem de seus países e na defesa de interesses nacionais por meio de

plataformas digitais. Essa configuração expande o alcance da diplomacia tradicional, tornando-a mais comunicativa, transparente e horizontal.

Sendo assim, é possível classificar os atores em três categorias segundo autores (Melissen, 2005; Bjola e Holmes, 2015):

- a) **Os estatais:** diplomatas, ministérios das relações exteriores, consulados e embaixadas;
- b) **Não estatais:** como organizações da sociedade civil, empresas de tecnologia e influenciadores digitais;
- c) **Os multilaterais:** como a União Africana e as Nações Unidas

Cada grupo exerce funções específicas, contribuindo de forma diferente no desenvolvimento das estratégias digitais no cenário diplomático. No contexto Africano, particularmente na Guiné Bissau, a compreensão desses atores sobre a diplomacia digital ainda está em construção. Considerando que, embora diplomatas tradicionais e outros agentes internacionais estejam envolvidos na diplomacia digital, sua prática no continente ainda é limitada em relação a outras regiões, o que reflete uma lacuna significativa de conhecimento e de pesquisa (Birhan, Enyew, Christopher, 2024). Essa restrição evidencia a necessidade urgente de investir em formação técnica, infraestrutura digital e integração das tecnologias de informação aos procedimentos diplomáticos.

Apesar dessas dificuldades, encontram-se exemplos que merecem destaque no continente africano. A União Africana tem utilizado plataformas digitais para campanhas de integração regional, enquanto a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) explora redes sociais e portais interativos para promover cooperação e diálogo político entre os Estados-membros. Em Cabo Verde, o Ministério dos Negócios Estrangeiros utiliza ferramentas digitais para fortalecer laços com a diáspora, e o Quênia destaca-se pelo uso estratégico do Twitter e de portais de inovação, como o Digital Kenya, voltados à diplomacia económica e tecnológica.

Compreender como esses atores percebem e participam dessa prática é fundamental para pensar estratégias mais eficazes e inclusivas nesse novo cenário. Essa participação ocorre de forma multifacetada utilizando diversos canais e estratégias comunicacionais, como destaca a pesquisa de Shafie (2022), as mídias sociais eliminaram as barreiras físicas e geográficas na comunicação, o que abre oportunidades para que os atores as utilizem na promoção da diplomacia digital.

Diante disso, os estudos da Burson-Marsteller (2016), evidenciam que as plataformas como twitter, facebook, youtube, instagram, são amplamente utilizadas por chefes de Estados

e de governos no exercício da diplomacia, além de outras redes, como Vine e Snapchat, exploradas por equipe governamentais com maior estrutura. Essa escolha estratégica das plataformas foi analisada por Manor (2023), que observa que os diplomatas configuram suas mensagens de acordo com o perfil de cada rede social, empregando o Twitter para públicos institucionais e elites midiáticas, enquanto Instagram e Tiktok são direcionados para o público jovem, com abordagens mais visuais e informais.

Como observa Favero (2025), essa atividade em questão, envolve uso de meios digitais, como redes sociais, e-mails e salas de reunião virtuais, ferramentas que ampliam o alcance das ações diplomáticas e possibilitam uma comunicação mais ágil entre os atores. Autores como Araújo e Mendes (2025), afirmam que essa ligação com as plataformas de redes sociais influenciam a maneira como esses países desejam ser percebidos e considerados pelas audiências globais.

A globalização intensificou o papel dos meios de comunicação no cenário internacional, transformando também a forma como se exerce a diplomacia. Como destacam Martins e Sousa (2021, p. 114), “a globalização trouxe consigo uma importância crescente dos meios de comunicação dentro do panorama internacional e, por conseguinte, na forma de se fazer diplomacia”. Nesse contexto, os atores que dominam esses meios passam a ter maior capacidade de intervenção, participando ativamente na construção de percepções sobre os Estados no ambiente digital.

Em síntese, a diplomacia digital configura-se como um campo dinâmico que depende diretamente da atuação coordenada de diferentes atores (estatais, não estatais e multilaterais). No caso da Guiné-Bissau, o fortalecimento dessa prática exige não apenas o investimento em infraestrutura tecnológica, mas também o desenvolvimento de competências digitais e comunicacionais entre diplomatas, gestores públicos e organizações da sociedade civil. A integração efetiva desses atores é essencial para projetar uma imagem internacional positiva, ampliar a capacidade de diálogo com parceiros externos e posicionar o país de forma estratégica nas redes de cooperação digital e diplomática contemporâneas.

1.3 Experiências internacionais de diplomacia digital dos países em desenvolvimento

Embora a diplomacia digital seja mais desenvolvida em países com maior infraestrutura tecnológica, diversos países em desenvolvimento vêm adotando-a como estratégia para fortalecer sua presença internacional. O Senegal, por exemplo, tem se destacado na África Ocidental, seguindo um percurso estratégico progressivo. O país implementou políticas

nacionais de digitalização, estabelecendo parcerias internacionais para reforçar sua infraestrutura tecnológica e investir na capacitação dos seus recursos humanos.

Um outro elemento interessante da experiência senegalesa em relação à diplomacia digital, é o desenvolvimento da sua *Stratégie Sénégal Numérique (2016-2025)*, que tem a finalidade de consolidar o país como uma economia digital competitiva em nível regional e internacional. Essa estratégia estabelece metas voltadas à expansão da infraestrutura tecnológica, promoção do comércio eletrônico e o fortalecimento da confiança digital, ligando-se diretamente com o processo de inserção internacional do país (Teleanu e Kurbalija, 2022).

Entre as medidas adotadas, destacam-se o plano nacional de banda larga (Plan nacional Haut Débit), em cooperação com o Banco Mundial, a Agência Francesa de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento visando ampliar o acesso à internet em larga escala. Além disso, foram implementadas a Estratégia Nacional de Cibersegurança e a Estratégia Digital do Senegal que incorporam as dimensões externas ao enfatizar a necessidade de uma cooperação regional e internacional em cibersegurança (Teleanu e Kurbalija, 2022).

Por outro lado, o país intensificou seus esforços por meio de um novo acordo tecnológico (Technological new deal, horizon 2034), que promove a soberania digital, por meio de iniciativas como nuvem soberana, a criação de startups e parcerias com empresas de tecnologias (Paradigm initiative, 2023). Com isso, a estratégia busca a digitalização dos serviços públicos e o desenvolvimento da economia digital estimulando a inovação e a atração de investimentos estrangeiros.

Ademais, o Senegal fortaleceu sua transformação com parcerias internacionais, envolvendo organizações como a GIZ e a Expertise France, em colaboração com a União Europeia (Giz, 2024). Nessa parceria, teve o projeto Promovendo a Transformação Digital no Senegal (2024-2027), que defende iniciativas que favorecem o desenvolvimento de políticas nacionais de digitalização e, atualmente, a consolidação da soberania digital e da diplomacia digital, com destaque para plataformas online e do engajamento da diáspora (Giz, 2024).

Por sua vez, o Quênia teve um processo gradual nesta prática, buscando integrar tecnologias de informação e comunicação (TIC) às atividades do Ministério das Relações Exteriores. De acordo com a visão de Waithaka (2018), desde a independência, o país dedicou-se em modernizar seus processos administrativos, com ênfase na digitalização de arquivos e na implementação de sistemas internos de comunicação no ministério. Essa etapa inicial constituiu a base necessária para a adoção de práticas digitais mais complexas na diplomacia.

Com a expansão global das TIC, na visão da Waithaka (2018), o Quênia passou a integrar ferramentas digitais mais avançadas, como computadores e sistemas de correio

eletrônico, promovendo a digitalização de procedimentos burocráticos. Esse progresso tecnológico possibilitou ao governo melhorar fluxos de informação internos e externos. Ademais, essas inovações prepararam o país para estabelecer canais de comunicação com atores internacionais e fortalecer sua presença no cenário global.

Enquanto isso, é importante ressaltar que o Quênia se estabeleceu como um dos países africanos mais ativos na diplomacia digital, graças a políticas inovadoras e colaborações internacionais. O principal marco estratégico é o National Digital Plan (2022-2032), que visa criar um ecossistema digital forte, seguro e acessível, capaz de posicionar o país de maneira competitiva na economia digital global (Teleanu e Kurbalija, 2022).

Ademais, nesse processo, os dados da Diplofoundation apresentados pelos autores Teleanu e Kurbalija (2022), mostram que o país tem procurado atrair investimentos estrangeiros, oriundos de organizações como Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e União Internacional de Telecomunicações, a fim de ampliar sua infraestrutura e fomentar a inclusão digital.

Com base nas considerações da Waithaka (2018), destaca-se que Quênia consolidou sua diplomacia digital por meio de investimentos em capacitação regular de funcionários e diplomatas em informática e segurança digital, bem como na realização de parcerias internacionais voltadas ao aprimoramento da infraestrutura tecnológica. Desse modo, o país combinou inovação tecnológica, gestão de informação e estratégias de comunicação digital, consolidando sua diplomacia como um instrumento estratégico.

No que concerne a Cabo Verde, a diplomacia digital tem se consolidado estrategicamente para reforçar a presença global do país, modernizar a sua gestão pública e promover o seu desenvolvimento sustentável. Segundo o Ministério dos negócios estrangeiros e comunidades de Cabo-Verde (2018), o governo começou a implementar projetos de transformação digital em suas missões diplomáticas em 2018, o novo horizonte, com o objetivo de melhorar os serviços consulares e a comunicação com a diáspora.

Em seguida, o governo aprova a Estratégia de Governança Digital de Cabo Verde (EGDCV) em 2021, que tem como visão “um Cabo Verde digital, um Estado ágil, capaz, transparente e mais próximo dos cidadãos e das empresas” (Cabo Verde, 2021, p. 120). No entanto, a estratégia envolve todos os departamentos governamentais e integra medidas administrativas, legislativas e tecnológicas que vão além do setor das TICs e afetam o funcionamento global do Estado.

De acordo com o Governo de Cabo-Verde (2023), foi aprovado o plano de ação da estratégia para a governação digital de Cabo-Verde (PA-EGDCV), no sentido de transformar

digitalmente a forma como o Estado se relaciona com os cidadãos, a diáspora, e os parceiros internacionais. Esse plano visa tanto melhorar os serviços internos quanto ter implicações diretas na diplomacia digital, pois fortalece a habilidade do Estado em interagir de forma eficiente e transparente com a comunidade internacional.

As experiências do Senegal, do Quênia e de Cabo Verde revelam que a diplomacia digital pode tornar-se um instrumento estratégico de desenvolvimento e de inserção internacional, desde que apoiada em políticas públicas consistentes, infraestrutura tecnológica e capacitação contínua dos agentes envolvidos. No caso da Guiné-Bissau, essas referências evidenciam caminhos possíveis para a construção de uma política digital externa integrada, capaz de fortalecer sua presença nas redes diplomáticas e multilaterais, ampliar o diálogo com parceiros da CPLP e da CEDEAO e promover uma imagem internacional alinhada às metas de modernização e cooperação do país. Assim, ao adotar estratégias inspiradas nessas boas práticas, a Guiné-Bissau poderá transformar a diplomacia digital em vetor de inovação, credibilidade e desenvolvimento sustentável.

Contudo, a adaptação de boas práticas internacionais ao contexto da Guiné-Bissau exige consideração de suas especificidades locais. É importante priorizar investimentos em infraestrutura tecnológica básica, capacitar profissionais diplomáticos e formular políticas públicas que incentivem a adoção de ferramentas digitais no contexto diplomático. Como salienta Nunes (2021), a implementação eficaz da diplomacia digital em países em desenvolvimento requer uma abordagem integrada, que leve em conta não apenas a tecnologia, mas também as condições sociopolíticas e econômicas do local.

Segue-se um quadro comparativo das ações da diplomacia digital desses três países, elaboradas com base nas fontes da (waithaka, 2018; Ministère des affaires Etrangères du Senegal, 2024; Governo de Cabo Verde, 2024).

Quadro comparativo (Senegal, Quênia, Cabo Verde)

PAÍSES	AÇÕES
SENEGAL	<ul style="list-style-type: none">• Portais institucionais com conteúdo multilíngues;• Serviços consulares online,• Projetos de modernização financiado pela União Europeia e Banco Mundial;• Participação virtual em eventos internacionais;

	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de ferramentas digitais para a comunicação diplomática; • Publicação digital de comunicados
QUENIA	<ul style="list-style-type: none"> • Uso oficial das redes sociais como o Twitter para posições diplomáticas; • Comunicação institucional online do Ministério dos Negócios Estrangeiros; • Serviços consulares digitais e em contato com a diáspora; • Portais governamentais com informações diplomáticas; • Participação remota em cúpulas;
CABO-VERDE	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços consulares digitalizados como caso de vistos e documentos; • Portal consular digital multilíngue; • Participação remota em reuniões internacionais; • Publicações de relatórios de política externa; • Projeto de modernização financiado pelo banco mundial com (PTDCV) • Transmissão ao vivo de pronunciamento oficiais através de radiotelevisão Caboverdiana (RTC);

Fonte: Elaboração própria

2 Contexto tecnológico e digital na Guiné-Bissau

2.1 Infraestrutura Tecnológica na Guiné-Bissau

A infraestrutura tecnológica constitui a base estruturante do avanço das organizações e governos, integrando pessoas, processos e tecnologias em ambientes digitais. A propósito, Oliveira (2016, p. 283) ressalta que “a infraestrutura tecnológica agrega também outros componentes, tais como absorção e difusão de informações de negócios relevantes, e provê suporte em assuntos relacionados à gestão, design e estrutura organizacional”. Esses recursos que envolvem a conectividade, equipamentos, sistemas de informação e energia, no contexto da Guiné-Bissau, são fatores necessários a serem usados por um governo, no sentido de melhor uso das tecnologias na área diplomática.

De acordo com a Lei de Base das Tecnologias de Informação e Comunicação (Lei n.º 5/2010), a Autoridade Reguladora Nacional (ARN) é o órgão responsável por autorizar, supervisionar e regulamentar as redes e serviços de comunicação no país. Cabe à ARN definir

as condições técnicas e operacionais de exploração, assegurando o funcionamento adequado do setor e promovendo a expansão do acesso digital na Guiné-Bissau. No entanto, segundo o relatório da Universidade das Nações Unidas (ONU), em colaboração com (PNUD) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2021), o país conta com dois operadores de telecomunicações (Orange e MTN), que criam e administram infraestruturas principalmente baseadas em redes sem fio. Atualmente, o país ainda conta com dois operadores de telecomunicações: a Orange e a Telecel, que adquiriu a antiga MTN.

Na Guiné-Bissau, o desenvolvimento digital ainda enfrenta limitações estruturais, especialmente no que diz respeito à conectividade e à cobertura de rede. Conforme o Banco Mundial (2021), o país dependia até recentemente das ligações terrestres de alto custo e do serviço de satélite para garantir a capacidade internacional de conexão. Visto que, essa situação deveria melhorar com a ligação ao cabo submarino de fibra ótica ACE, destinada a expandir a conectividade e integrar a Guiné-Bissau às redes regionais de telecomunicação.

Por outro lado, o país não dispõe de uma rede de telecomunicações fixa e móvel plenamente independente, dependendo, em grande parte, de ligações externas e de operadores estrangeiros para garantir o mínimo de conectividade. Além disso, o relatório do Banco Mundial aponta que, a ausência de um ponto nacional de interconexão obriga o tráfego de dados da Guiné Bissau a ser roteado por países vizinhos, elevando os custos e comprometendo a estabilidade das comunicações digitais (Banco Mundial, 2021). Portanto, a inexistência de uma rede nacional autônoma representa um dos maiores desafios para o avanço da diplomacia e da transformação digital no país.

Segundo a OCDE (2018, p. 47), o país apresenta “uma adesão limitada ou nula à internet, devido à instabilidade política e limitações estruturais”, reflexo direto da limitada infraestrutura tecnológica e da baixa capacidade institucional para gerir soluções digitais. No entanto, a baixa adesão à internet e a limitada infraestrutura tecnológica dificultam a implementação da diplomacia digital, restringindo a capacidade do país de se engajar em plataformas digitais internacionais e na promoção dos seus interesses no cenário global.

Dessa forma, o fortalecimento de competências institucionais, por meio de eficientes formulações de políticas públicas e da formação para a gestão de soluções digitais é fundamental para estabelecer a diplomacia digital na Guiné-Bissau. Assim, o estado poderá explorar oportunidades significativas internacionalmente, como engajamento em plataformas digitais, aumentar a influência e participação em processos de governança mundial, além de incentivar a troca de informações estratégicas para o desenvolvimento de políticas externas.

2.2 Projetos e ações de transformações digitais da Guiné Bissau

A Guiné-Bissau tem desenvolvido, ao longo da última década, diversas iniciativas voltadas à transformação digital, ainda que de forma gradual e pontual. Em 2014, foi criado o Centro de Valorização e Gestão do Governo Eletrônico (CEVATEGE), órgão responsável por coordenar os esforços de modernização administrativa e pelo desenvolvimento do governo digital no país, assumindo um papel central na articulação das políticas públicas na área (OCDE, 2018). Posteriormente, surgiram projetos voltados à aproximação entre o Estado e a sociedade, como o sistema *Kontaktu*, criado para facilitar a comunicação entre o governo e os cidadãos, e o portal “Guinée-bissau.regulations.org”, que reúne informações e serviços administrativos em um único ambiente digital (UNU-EGOV; PNUD, 2021).

Em 2021, a Universidade das Nações Unidas (UNU-EGOV), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou o relatório Limites, desafios e oportunidades da transformação digital do sistema de governação da Guiné-Bissau, que destacou avanços significativos e fragilidades persistentes na digitalização governamental. Com base nessas recomendações, o Governo da Guiné-Bissau, com o apoio do Governo do Japão e do PNUD, lançou oficialmente, em janeiro de 2025, a Estratégia Nacional para a Transformação Digital (ENTD.GW), com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento digital, fortalecer a conectividade e integrar o país às redes globais de inovação (PNUD, 2025).

Em abril de 2025, em consonância com os objetivos dessa estratégia, a Autoridade Reguladora Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação (ARN-TIC) concedeu à *Starlink* Guiné-Bissau uma autorização geral provisória para operar no país, permitindo a oferta de serviços de internet via satélite (ARN-TIC, 2025). Essa medida representa um avanço decisivo na ampliação da infraestrutura tecnológica e na inclusão digital, sobretudo em regiões remotas.

Outro marco relevante foi a criação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNEP-GW), que oferece conectividade de alta velocidade e acesso a serviços tecnológicos avançados, como computação em nuvem, segurança cibernética e aplicações digitais voltadas à educação e à investigação científica (RNEP-GW, 2024). Essas iniciativas ampliam a inserção da comunidade acadêmica guineense em redes internacionais de pesquisa e fortalecem a base tecnológica necessária para a inovação no país.

Em conjunto, essas ações demonstram que a Guiné-Bissau tem dado passos concretos rumo à consolidação de sua infraestrutura digital. O alinhamento entre políticas públicas, organismos internacionais e instituições locais revela uma trajetória de amadurecimento estratégico, na qual a transformação digital passa a ser compreendida não apenas como

modernização tecnológica, mas como instrumento de governança, desenvolvimento sustentável e fortalecimento da diplomacia digital do Estado guineense.

Desse modo, ainda que o país não apresente exemplos concretos de práticas da diplomacia digital, as ações de transformação realizadas como o CEVATEGE, o sistema Kontaktu, a Estratégia Nacional de Transformação Digital e a expansão da internet via starlink formam bases estruturais necessárias para que estas práticas possam ser integradas. No entanto, estas ações de transformação digital potenciam que a Guiné-Bissau poderia, em curto e médio prazo, implementar serviços consulares online, ampliar a comunicação digital dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros como também participar de negociações internacionais de forma virtual.

METODOLOGIA

Esse estudo é de caráter descritivo e exploratório. Para alcançar os objetivos propostos optou-se por uma abordagem mista que foi a combinação de métodos qualitativos e quantitativos de coleta e análise de dados. Foi escolhida essa combinação para permitir uma compreensão mais ampla e profundo do fenômeno a ser estudado.

De acordo com os autores Gerhard e Silveira (2009), a abordagem qualitativa nos dá a possibilidade de analisar e ter a compreensão do fenômeno que pretendemos estudar. Essa abordagem nos permitiu usar duas técnicas para coleta dos dados, entre eles: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A primeira na visão de Tako e Kameo (2023, p.13) “utiliza fontes bibliográficas ou material elaborado, como livros, publicações periódicas, artigos científicos, impressos diversos ou, ainda, textos extraídos da internet”. Em relação à pesquisa documental, Gil (2008) salienta que essa é realizada através de análise e levantamento de documentos de primeira mão (documentos governamentais, sindicatos, empresas, ongs, entre outras instituições. Dessa maneira, no quadro da pesquisa bibliográfica para realização deste estudo, utilizamos algumas dissertações baixadas em repositórios universitários, livros e artigos científicos que foram baixados no google acadêmico e revistas específicas sobre o tema relacionado para embasar o trabalho. Na pesquisa documental, utilizamos o site da Autoridade reguladora nacional (ARN) da Guiné Bissau, relatório de organismos internacionais (Banco Mundial e da OCDE), como também o site da embaixada de alguns países (Cabo verde, Senegal) para baixar alguns documentos.

Enquanto a fase quantitativa, ela permite explorar a partir dos dados, com finalidade de desenvolver uma explicação mais geral do fenômeno (Croswell, 2007). Essa etapa foi por meio de um questionário semiaberto composto por 21 questões (entre questões abertas e fechadas),

formado em três seções: Dados gerais; percepções sobre diplomacia digital e o nível de acesso e utilização de ferramentas tecnológicas. A elaboração do questionário teve base na literatura recente sobre a diplomacia digital com destaque para estudos voltados ao continente africano e países em desenvolvimento, a *Digital Diplomacy in Africa: Opportunities and Challenges*. Com respeito a seleção dos participantes, foi direcionado a cidadãos guineenses, incluindo diplomatas, técnicos de ministérios, acadêmicos ou pesquisadores e membros da sociedade civil.

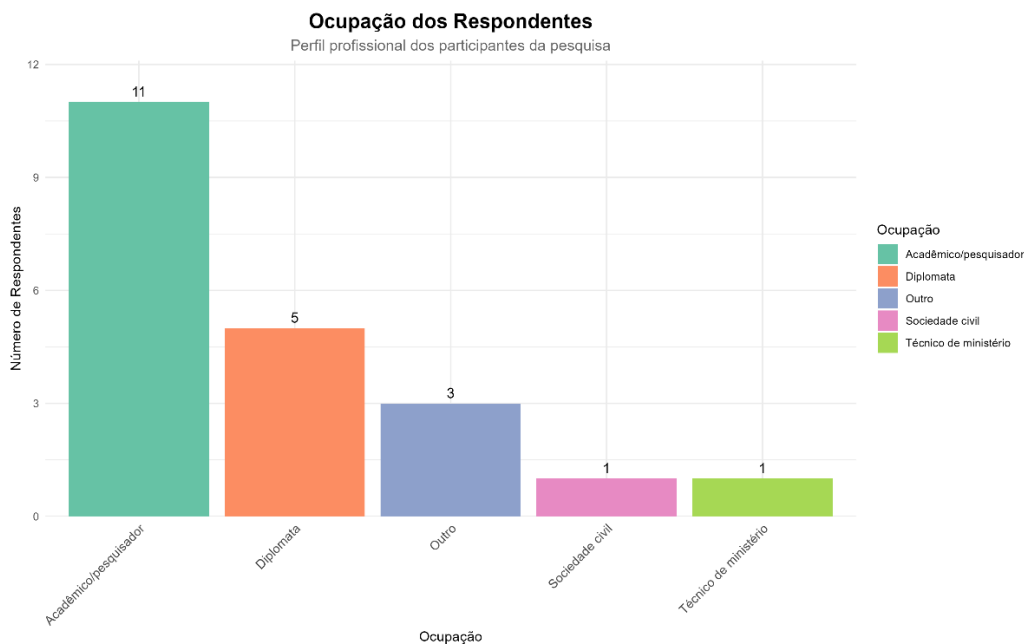
A amostra é composta por 21 participantes, tendo um processo de participação através de contato de um servidor conhecido no Ministério dos Negócios Estrangeiros, os questionários foram criados no Google Forms e enviados individualmente aos participantes pelo WhatsApp e pelo e-mail, iniciado entre 10 de outubro à 3 de novembro de 2025.

Depois da coleta de dados, as respostas abertas foram tratadas por meio de análise de conteúdo Bardin (2011), visando identificar categorias relacionadas aos desafios da diplomacia digital. Já as respostas dos dados fechados foram exportadas do Google Forms para o software Rstudio e analisadas por estatística descritiva. Para caracterizar a amostra foram utilizados gráficos com frequências absolutas e relativas.

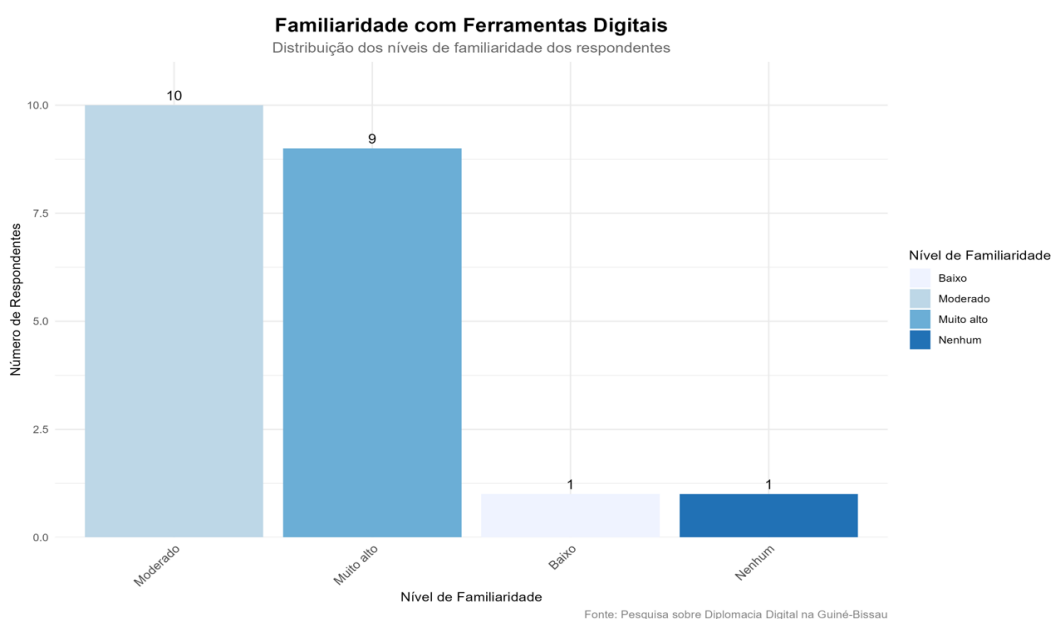
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse capítulo apresenta os resultados da pesquisa sobre o estado atual da diplomacia digital na Guiné Bissau. Primeiramente no que diz respeito à faixa etária dos participantes, considerado de 18 anos a acima de 45 anos. Observa-se que a maioria dos participantes possui entre 25 a 35 anos representando 52,40% do total. Em seguida, 28,60% estão entre 18 a 25 anos e 19% têm entre 36 a 45 anos.

Quanto à ocupação dos participantes, verificou-se que 52,40% (n=11) representam os acadêmicos ou pesquisador, 23,8% (n=5) dos dados representam os diplomatas, 14,03% (n=3) se identificaram como outros, similarmente 4,8% (n=1) representa a sociedade civil e 4,8% (n=1) os técnicos de ministério.

Gráfico 1- Qual é a sua ocupação?

Em relação ao nível de familiaridade com as ferramentas digitais, pelos dados 47,60% (n=10) dos participantes dizem ter um nível moderado de familiaridade com as ferramentas digitais, 42,90% (n=9) confirmam ter um nível muito alto de familiaridade, 4,8% (n=1) diz ter um nível baixo de familiaridade, do mesmo modo que 4,8% (n=1) afirma não ter nenhum nível de familiaridade com as ferramentas digitais.

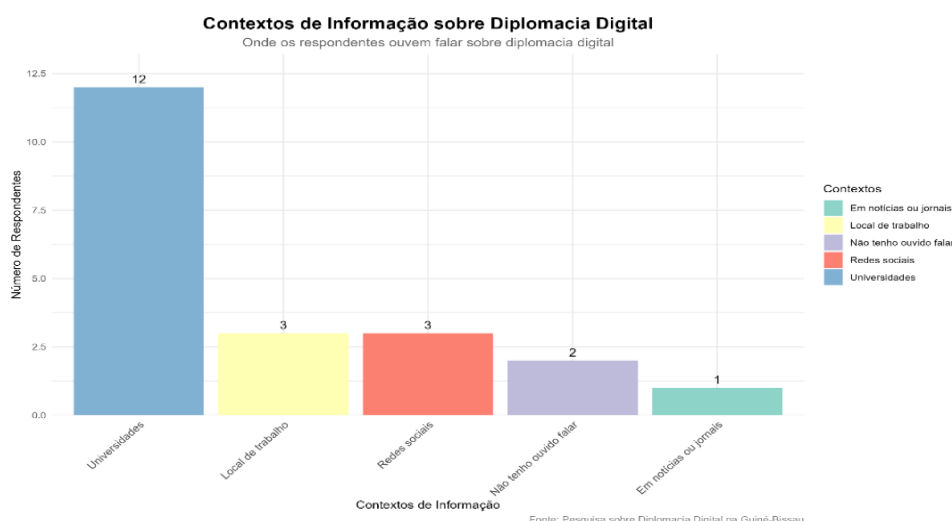
Gráfico 2- Qual é o seu nível de familiaridade com ferramentas digitais?

A segunda seção trata das percepções sobre a diplomacia digital, procurando a opinião dos participantes quanto ao conceito e funções da diplomacia digital na Guiné Bissau. Neste

caso foi feito a seguinte pergunta: Na sua opinião, qual dos conceitos descreve melhor o que é a Diplomacia Digital? Com isso, foi apresentado aos participantes três conceitos de diferentes autores. Assim, os resultados mostram de que a maioria dos participantes, 66,7% (n=14), defendem a ideia do Araújo (2023), que conceitua a diplomacia digital, enquanto estratégias de tecnologias digitais e internet com o objetivo de impulsionar a diplomacia, melhorar a comunicação entre os atores internacionais e atingir as metas políticas, econômicas e sociais. Por outro lado, 23,8% (n=5) apoiam a visão dos autores Bjola e Holmes (2015), que definem a diplomacia digital como uma extensão contemporânea da diplomacia pública, que utiliza as ferramentas digitais para alcançar audiências globais, gerir crises e conduzir negociações internacionais. Com o menor número de percentagem, 9,5% (n=3) dos dados compreendem a diplomacia digital a partir da perspectiva do Manor (2016), que entende a diplomacia digital como o efeito abrangente que as TIC's provocaram na prática diplomática desde o e-mail até os sites redes sociais.

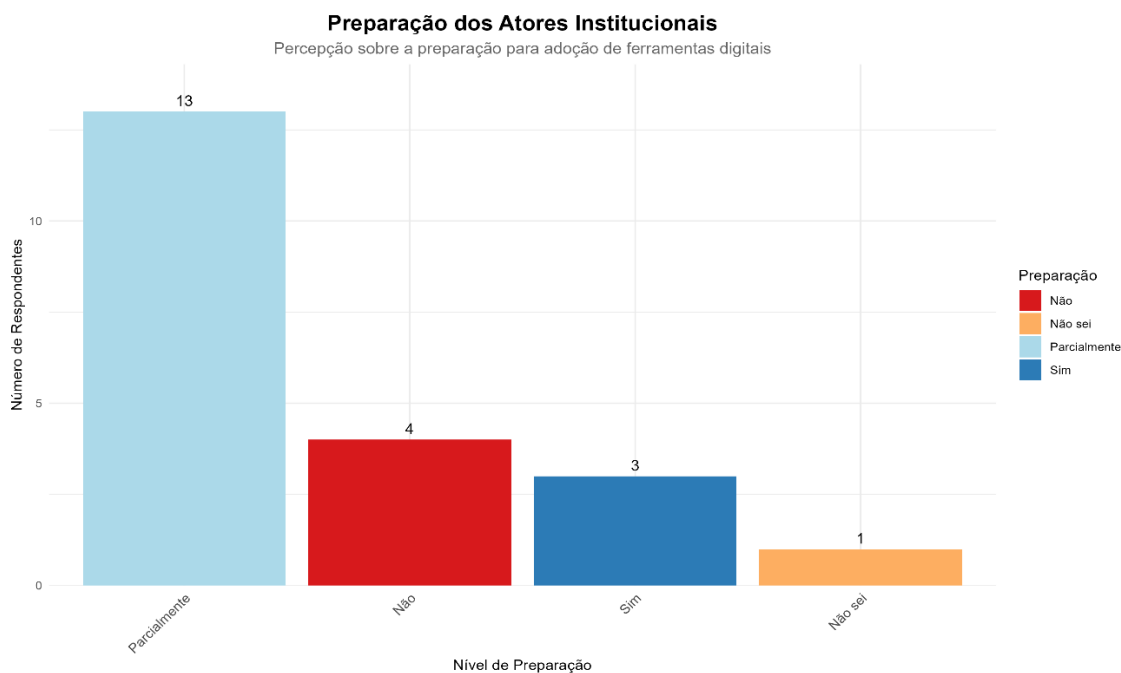
Quanto ao contexto pelo qual nossos participantes têm ouvido falar da diplomacia digital. Verificou-se que a maioria, 57,1% (n=11) afirmam ter ouvido o conceito em ambiente acadêmico, nas universidades. O gráfico ilustra também que existe uma paridade percentual de 14,3% (n=3) dos que ouviram nas redes sociais e no local de trabalho, por outro lado 9,5% (n=2) dos participantes dizem nunca ter ouvido falar da diplomacia digital e 4,5% (n=1) aponta ter ouvido em notícias ou jornais. De modo geral, os resultados mostram que o conceito é mais abordado nas universidades, apesar de ter pouca visibilidade no local de trabalho e nas mídias. Essa situação chama atenção e reforça a necessidade de boas políticas educativas, comunicacionais e governamentais de divulgação do conceito na Guiné Bissau.

Gráfico 3 - Em que contextos tem ouvido falar sobre diplomacia digital?



Agora temos a oportunidade de ver como os atores institucionais estão em relação a adoção das ferramentas digitais nas relações exteriores, uma parte significativa de 61,9% (n=13) dizem que os atores estão parcialmente preparados, enquanto 19% (n=4) dos participantes mostram que não, 14,3% (n=3) dizem que sim e 4,4% (n=1) aponta que não sabe se esses atores estão realmente preparados. No entanto, os dados mostram que apesar do avanço, a adoção das ferramentas digitais pelos atores ainda se encontra na fase inicial e precisa de um suporte técnico e acompanhamento contínuo.

Gráfico 4 - Acredita que os atores institucionais da Guiné-Bissau (governo, ministérios, diplomatas e instituições públicas) estão preparados para adotar as ferramentas digitais nas relações exteriores?



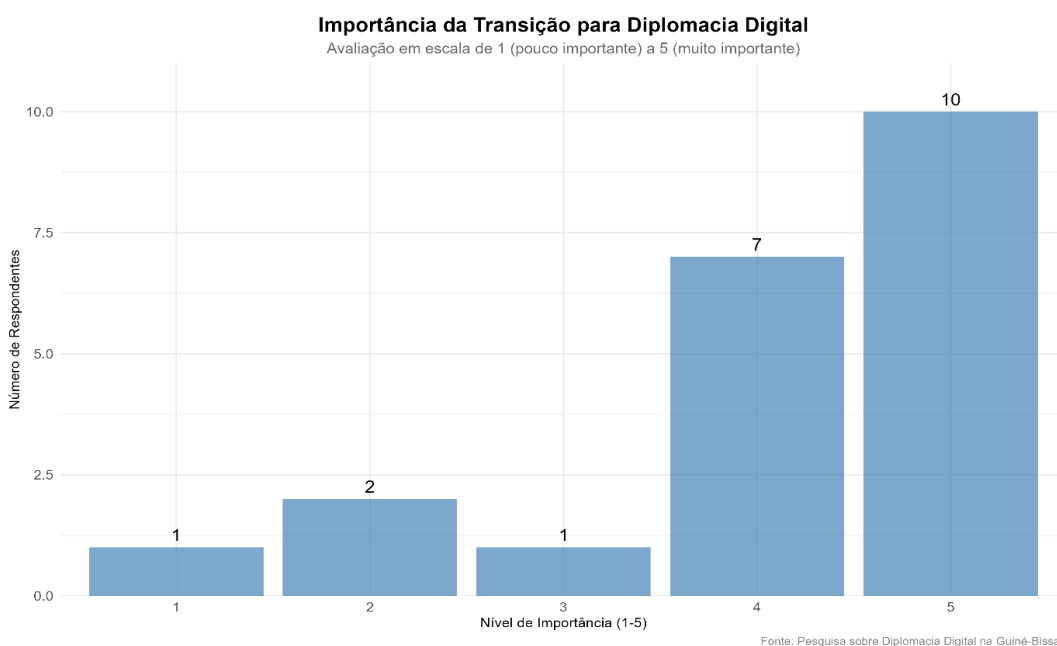
Em relação a pergunta, na sua opinião, qual o grau da importância de cada um dos seguintes benefícios da diplomacia digital? Procuramos medir as percepções dos participantes sobre o quão cada benefício é importante, variando de 1(nada importante) a 5 (muito importante) e de múltipla escolha. Nos resultados, a categoria rapidez e eficiência na comunicação entre instituições e países, como também a redução de custos em negociações e encontro diplomáticos ambos apresentam o mesmo nível de grau de importância sendo que, 3 participantes apontam que são pouco importantes, 3 deram a importância moderada, para 4 participantes são importantes e 12 dizem que é muito importante. Diferente da terceira

categoria, a maior transparência e acesso à informação, 4 respondentes indicam o grau 2 pouco importante, 4 deram a importância moderada, 6 deram o grau 4 importante e 7 participantes apontam que é muito importante. Em seguida, no benefício fortalecimento da imagem internacional da Guiné-Bissau, podemos identificar que 2 respondentes apontam o nível 2 pouco importante do mesmo modo que, 2 também indicam o grau 3 importância moderada, 8 indicam que é importante e a maioria dos respondentes sendo 9 dizem que este benefício é muito importante. Por último, a ampliação da participação de diferentes atores (instituições, sociedade civil, acadêmicos), teve uma (1) resposta de nada importante, 2 de pouco importante, 4 de importância moderada, 6 de importante e 8 de muito importante.

Com base nesses dados, a rapidez e eficiência na comunicação entre instituições e a redução de custos em negociações foram os benefícios com os maiores grau de importância indicado pelos participantes, recebendo 12 indicações no nível máximo da escala (5 muito importante).

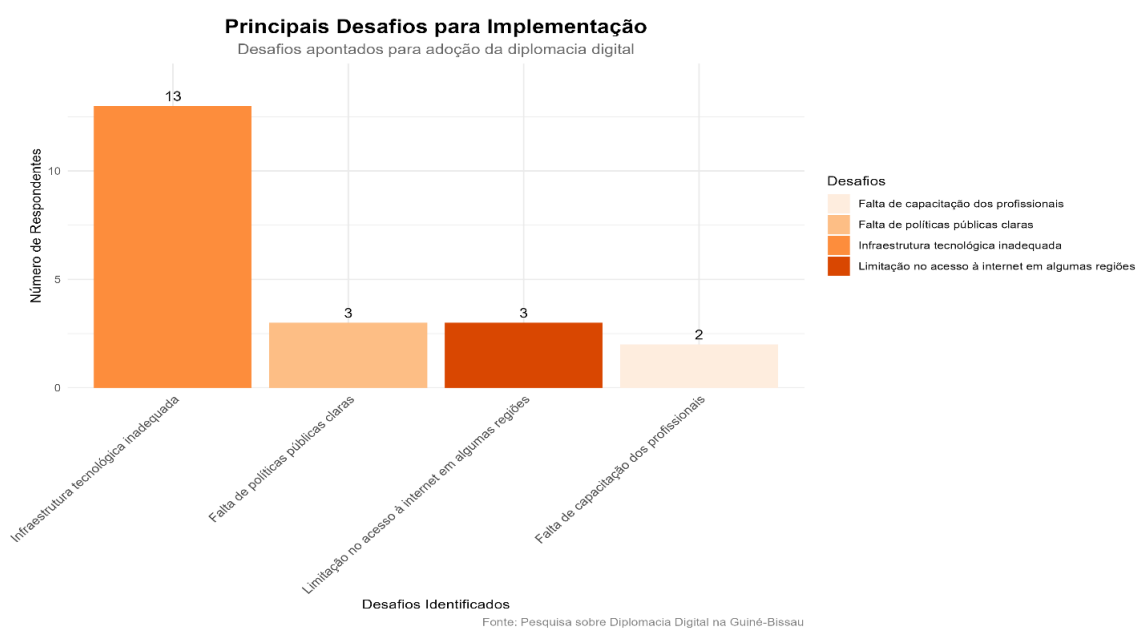
No intuito de avaliar a importância da transição para a diplomacia digital na Guiné Bissau, identificou-se no ponto cinco da escala (muito importante) um total de 47,6% (n=10) dos dados, seguida de 33,3% (n=7) responderam que é importante a transição, seguido por uma importância moderada com total de 4,8%(n=1), pouco importante com 9,5% (n=2) e nada importante com 4,8% (n=1).

Gráfico 5- Em uma escala de 1 a 5, como avalia a importância da transição para a diplomacia digital na Guiné-Bissau?



No que diz respeito aos principais desafios para a implementação da diplomacia digital, 61,6% (n=13) dos participantes indicam a infraestrutura tecnológica inadequada, e os 38,94% (n=8) dividem-se entre a limitação no acesso à internet, a falta de políticas públicas claras e a falta de capacitação dos profissionais.

Gráfico 6- Indique o principal desafio da Guiné-Bissau para a implementação da diplomacia digital.



Ao perguntar para os participantes sobre além da capacidade técnica, se acreditam que os atores institucionais guineenses estão preparados quanto a natureza de atuação como funcionários públicos para implementarem a diplomacia digital? A maioria, ou seja 71,4% (n=15) dos dados consideram que os atores estão parcialmente preparados, um total de 23,8% (n=5) mostra que não e 4,8% (n=1) diz que não sabe. Com isso, os dados obtidos revelam que ainda existe uma dificuldade do ponto de vista administrativo dos atores atuarem como servidores públicos no ambiente digital.

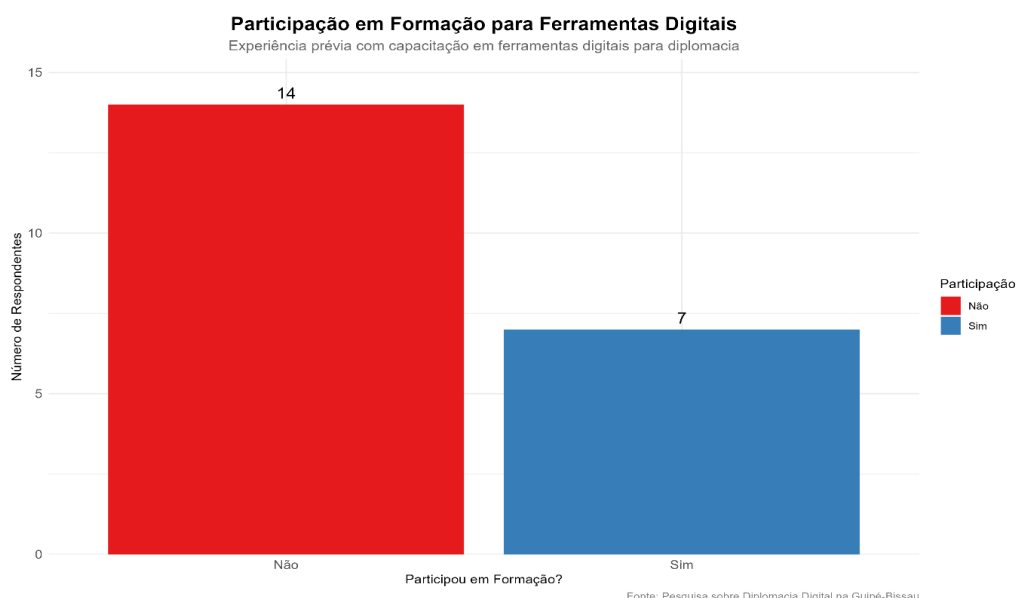
Na terceira seção desta etapa de apresentação dos resultados da pesquisa, procuramos saber do nível de acesso e utilização das ferramentas tecnológicas. Dentre as questões, foi pedido em uma escala de 1 a 5 de como avaliam a qualidade da infraestrutura tecnológica disponível nos organismos públicos guineenses? Um grupo maior dos participantes indicam uma qualidade regular com 52,4%(n=11), seguinte com 28,6% (n=6), dizem que as infraestruturas tecnológicas têm uma má qualidade, posteriormente 19% (n=4) dos participantes apontam uma qualidade muito má. Esses resultados validam as conclusões feitas pelo Banco

Mundial (2021), que considera claramente a baixa qualidade das infraestruturas, da conectividade e afirma que o regulador nacional de TIC é muito fraco.

Em relação a com que frequências as seguintes ferramentas digitais são usadas nos serviços públicos? Ao examinar os dados verificou-se que para as plataformas de videoconferências (Zoom, Google meet), 3 participantes dizem que nunca usaram, 10 usam raramente, 5 usam as vezes e 1 afirma usar frequentemente. Em seguida, uso de redes sociais para a comunicação com os cidadãos, teve 6 participantes que usam raramente e 6 usam as vezes, e 8 usam frequentemente. No que diz respeito aos sites e portais institucionais, 3 respondentes declaram que nunca usaram, 10 usam raramente e 6 usam as vezes e um respondente usa com frequência. Em relação a aplicativos móveis de serviços públicos, 6 dos participantes nunca usaram aplicativos móveis nos seus serviços, 10 usam raramente e 4 deles usam às vezes. Semelhantemente ao que foi descrito por Fávero (2025), nossos resultados indicam a maior frequência do uso de redes sociais, que desempenha um papel crucial na comunicação entre os atores.

Relativamente à participação em alguma formação sobre o uso de ferramentas digitais no contexto diplomático, conforme esperado, os dados no gráfico 7 indicam que a maioria não participou com 66,7% (n=14), e 33,3% (n=7) dizem que sim.

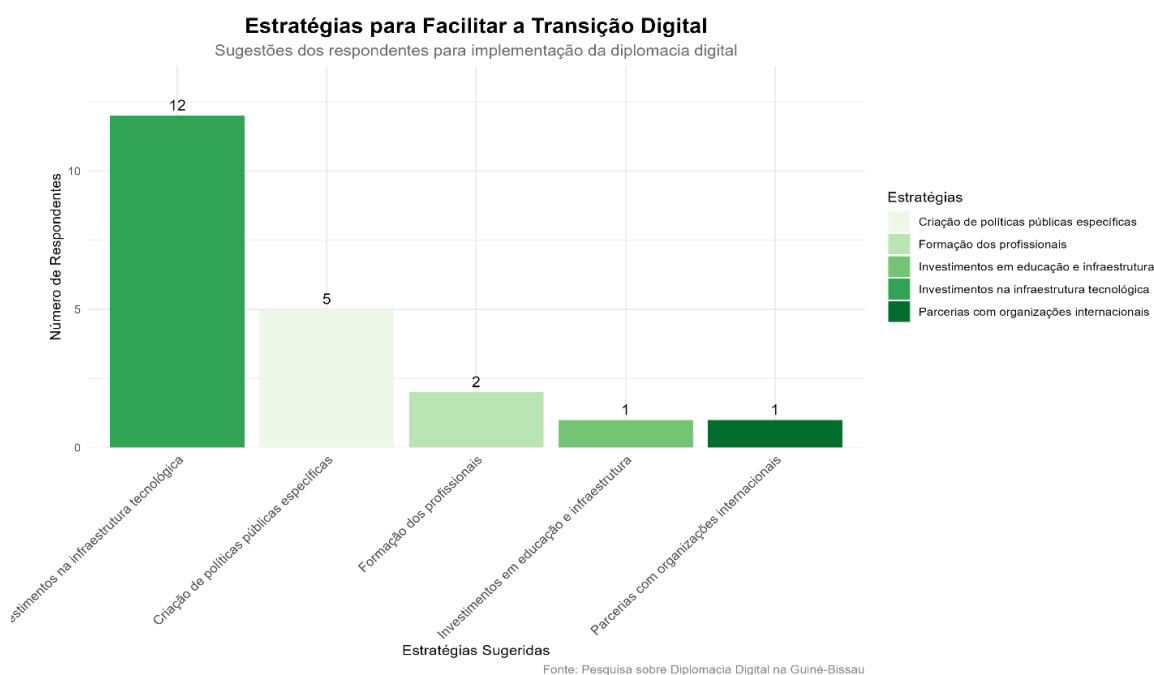
Gráfico 7 - Você já participou de alguma formação para uso de ferramentas digitais no contexto diplomático?



No que se refere aos fatores que mais dificultam o uso adequado das ferramentas digitais no trabalho, com base sobre a opinião dos nossos participantes podendo escolher mais de dois fatores, destaca-se o acesso limitado à internet com o total de 16, segue a falta de suporte técnico com 10, apresentando a mesma quantidade de indicação temos os equipamentos desatualizados e políticas internas restritivas com 6 , depois a falta de formação teve 5 indicações, por último tanto a resistência ao uso de tecnologia por parte dos colegas quanto a falta de tempo para aprender a usar as ferramentas apresentam 1 indicação para cada categoria.

Quanto às estratégias que podem facilitar a transição, através da análise aprofundada dos dados, o gráfico 8 revela que a maioria dos participantes, 57,1% (n=12), acreditam que investimentos na infraestrutura tecnológica podem facilitar a transição para a diplomacia digital. Enquanto, 23,8% (n=5) acreditam na criação de políticas públicas específicas, seguida de 9,5% (n=2) que apoiam a formação dos profissionais e por fim mostrando a similaridade nos dados, 4,8% (n=1) apontam as parcerias com organizações internacionais e 4,8% (n=1) os investimentos na educação.

Gráfico 8 - Quais estratégias você acredita que poderiam facilitar essa transição?



Procuramos saber dos participantes, qual é a importância da diplomacia digital para um país como a Guiné Bissau, com isso tivemos diferentes olhares, porém todas refletem sobre o potencial da diplomacia digital para o desenvolvimento nacional do país.

Em tese, as respostas indicam a diplomacia digital como um instrumento estratégico que pode positivamente influenciar as relações internacionais da Guiné Bissau, como também

apontam que o uso das tecnologias digitais pode diminuir as despesas das deslocações diplomáticas, promover a imagem e os recursos nacionais no exterior. Esta percepção foi sintetizada por um dos participantes ao afirmar que, “a diplomacia digital pode proporcionar maior espaço de integração diplomático a nível inter-regional e internacional, reduzir custos financeiros com as viagens de serviços e consequentemente reduzir o déficit orçamentário do país”.

Por outro lado, outros respondentes dão ênfase ao aspecto estratégico e econômico da diplomacia digital, vimos na resposta “a importância da diplomacia digital é uma estratégia que pode levar o nome do país a nível mundial, promover a nossa potência assim como impulsionar a nossa economia e a cooperação entre os atores estatais e não estatais”. Em seguida constatamos um entendimento recorrente de que a diplomacia digital depende da base tecnológica fortalecida. Um dos participantes diz que “é necessário a realização de um trabalho de base: desenvolvimento de mecanismos científicos, educacionais e políticos que possam elevar a capacidade do país no domínio da tecnologia de informação e comunicação”, sugerindo que só a partir da realização plena desse trabalho é que se pode alcançar os reais benefícios da diplomacia digital.

Outras respostas complementam essas ideias, como destacado “a diplomacia digital é essencial para a Guiné-Bissau porque fortalece sua presença internacional, facilita a comunicação com parceiros externos e promove sua imagem no mundo”. Contudo, verificou-se um consenso entre os participantes e pode ser interpretado como uma evidência sólida de que a diplomacia digital seja uma oportunidade de transformação para a Guiné Bissau.

Sobre quais atores deveriam promover a diplomacia digital na guiné Bissau, podendo indicar até três opções, nos resultados obtidos 85,7% indicam o Ministério dos negócios estrangeiros, cooperação Internacional e das comunidades, 28,6% apontam o Ministério da educação nacional, ensino superior e investigação científica, 23,8% deram essa responsabilidade aos organismos internacionais, 14,3% às universidades e um total de 9,5% indicam organizações da sociedade civil.

Relativamente aos principais desafios que a guiné Bissau enfrenta para uma implementação eficaz da diplomacia digital, destaca-se de forma resumida as seguintes respostas:

- a) Falta de uma rede de comunicação nacional;
- b) Infraestrutura tecnológica inadequada e a inexistência de pesquisas universitárias sobre o papel da diplomacia digital e sobre o seu conceito em relação às relações internacionais contemporâneas;

- c) Falta de formação e capacitação de corpos diplomáticos em matérias de comunicação digital voltada a preservação da soberania nacional;
- d) Inexistência de uma política educacional de base, de forma a fazer com que os estudantes tenham acesso desde cedo às ferramentas informáticas para que os seus desempenhos sejam de eficácia, sem dificuldades, com adequação de equipamentos digitais e informáticos;
- e) Falta da modernização dos canais de comunicação do Ministério dos negócios estrangeiros e criação de perfis oficiais verificados nas redes sociais;
- f) Falta de reforço da cooperação regional em tecnologia e inovação.
- g) Acesso limitado à internet e recursos financeiros reduzidos;
- h) Falta de coordenação institucional e políticas públicas voltadas à modernização digital da diplomacia e da administração pública.

Atualmente, na situação em que o mundo se encontra, esses apontamentos apelam por uma necessidade urgente de mudança em diferentes setores sobretudo, “atores e organismos diplomáticos vêm-se obrigados a adaptar e a reformular as suas condutas, a rever procedimentos, e a utilizar novos instrumentos de comunicação com o exterior para o exercício das suas funções” (Rolo, 2016, p.3).

Quanto aos benefícios que a diplomacia digital pode trazer para os serviços públicos e para a sociedade guineense, os resultados apontam uma percepção positiva destacando aspectos como a rapidez na comunicação e no acesso às informações, maior reconhecimento da existência soberana do país perante seus pares no concerto das nações, apoio internacional e cooperação sul sul, gestão ativa de redes sociais e sites oficiais, participação em eventos virtuais, conferências e fóruns online. No entanto, esses aspectos reforçam os apontamentos do estudo da diplomacia digital na África, que as caracteriza como principais para o sucesso de políticas externas digitalizadas em países em desenvolvimento.

Contudo, a maioria aponta “atrair investimentos para áreas estratégicas do país e a solução mais rápida dos problemas”, esses resultados estão em consonância com a teoria que anteriormente foi citada pelo (Araujo, 2023).

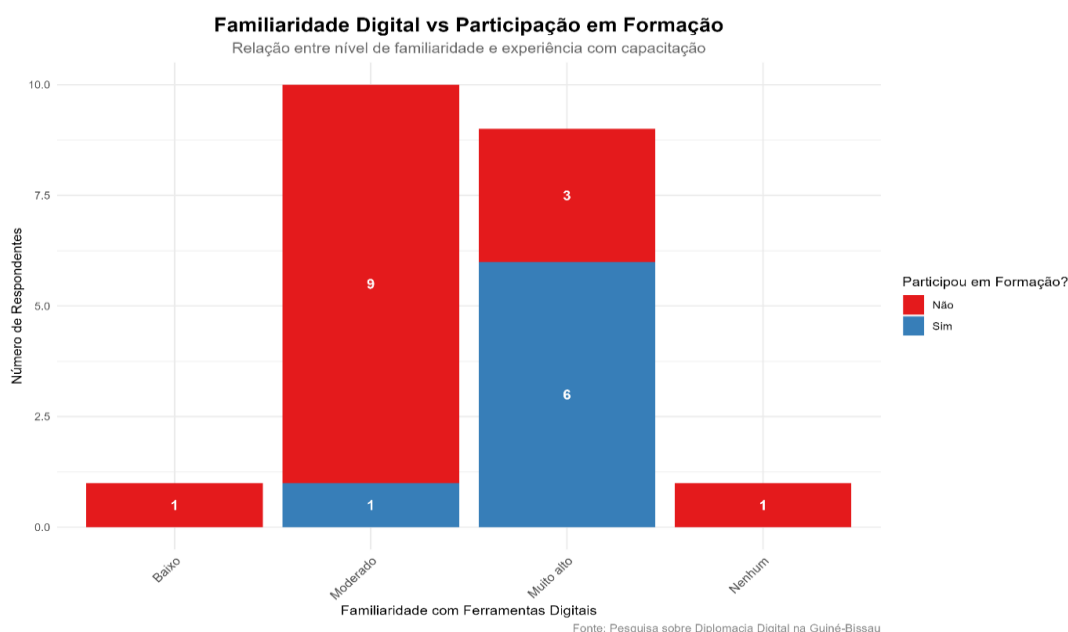
No que se refere a última questão que tivemos no formulário, sobre quais ações ou medidas consideram mais importantes para promover a implementação da diplomacia digital na Guiné Bissau, obtivemos algumas respostas como:

- a) Elaboração de uma estratégia nacional que defina as ações para implementação da diplomacia digital.

- b) A formulação de política educacional robusta, com intuito de fomentar a formação de quadros técnicos e profissionais qualificados, capazes de atenderem às exigências propostas pela diplomacia digital.
- c) Investimento econômico na pesquisa e educação em temas de Tecnologia de Informação e Comunicação;
- d) Investimento em infraestrutura tecnológica;
- e) Promover debate pública sobre o impacto de ferramentas digitais na vida da população guineense e nas ações internacionais de seus governantes;
- f) Incentivo do governo e criação de agências nacionais;
- g) Fazer parceria com ONGs e organizações internacionais.

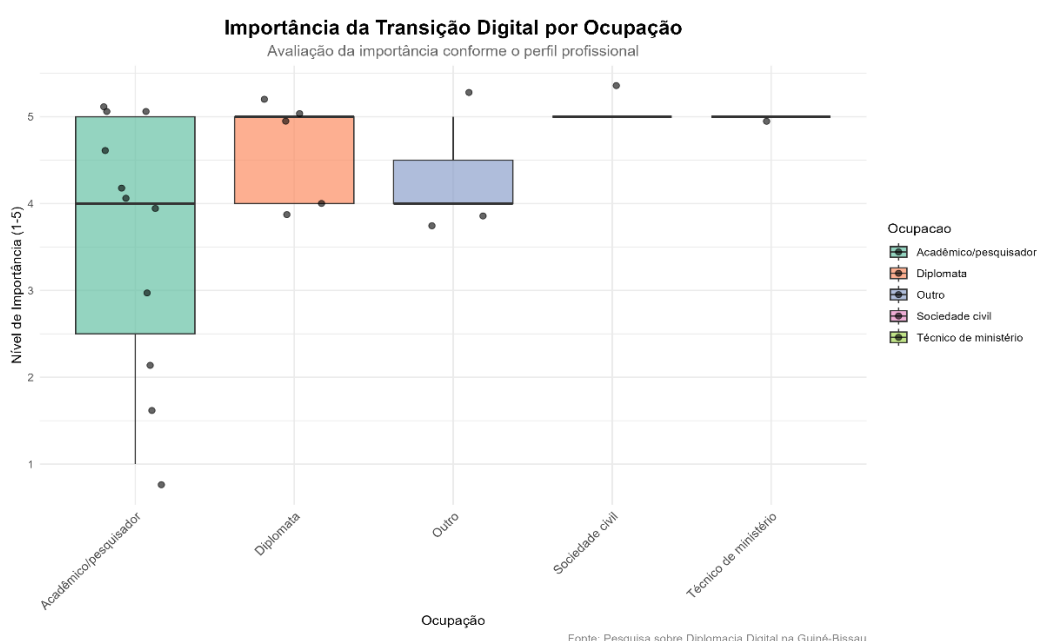
Com o intuito de entender como a experiência em capacitação influencia o conhecimento, ou seja, a familiaridade com as ferramentas digitais, o gráfico 9 cruza o nível de familiaridade declarado e suas experiências em formação. Verificou-se que, dentre os 10 participantes que declaram ter uma familiaridade moderado com as ferramentas, 9 não participaram em nenhuma formação de uso de ferramentas digitais, da mesma forma que aqueles que apontam o nível baixo e nenhum. Por outro lado, podemos analisar na categoria muito alto, a presença de 6 que tiveram a formação e 3 que nunca tiveram. Contudo, esse gráfico ressalta, o impacto que as formações apresentam nos níveis de competência desses atores e reforça a necessidade da existência dessas formações.

Gráfico 9- Relação entre nível de familiaridade e participação em formação.



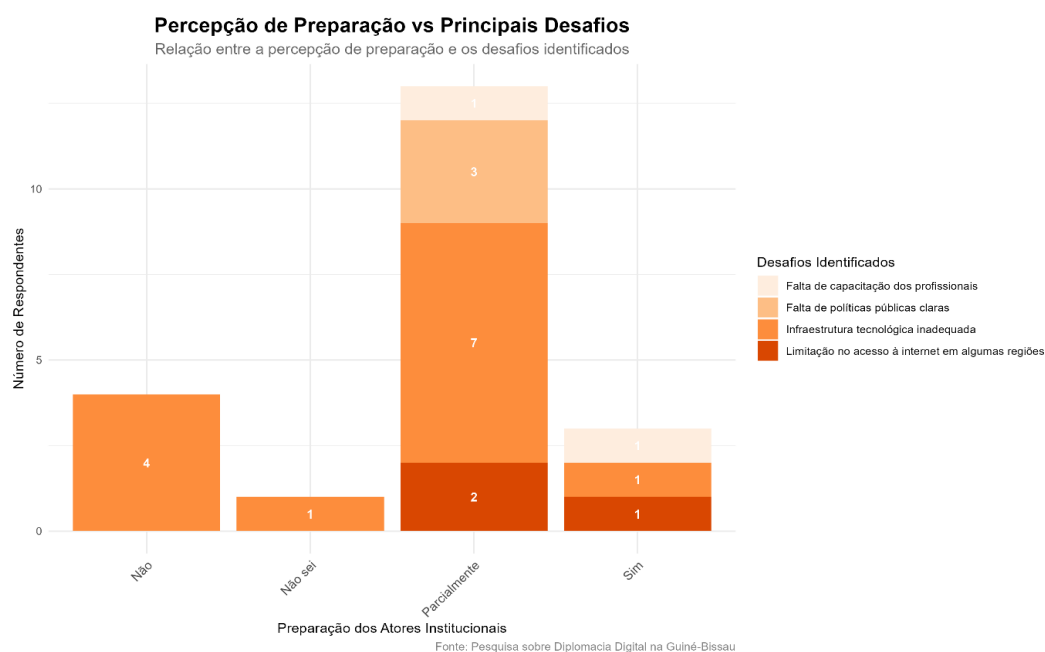
Para ilustrar a importância da transição da diplomacia digital por ocupação, foi elaborado um gráfico boxplot que compara diferentes profissões e mostra o quanto cada grupo acha importante a transição digital. Quase todo mundo, diplomatas, técnicos do governo, sociedade civil e outros profissionais deram notas bem altas, quase sempre 5. Ou seja, para esses grupos, a transição para a diplomacia digital é claramente muito importante. O único grupo com opiniões diferentes entre si são os acadêmicos/pesquisadores: alguns acham muito importante, outros nem tanto, por isso, a nota deles varia mais. No geral, a grande maioria considera a transição digital uma prioridade.

Gráfico 10- Relação do nível da importância da transição da diplomacia digital por ocupação.



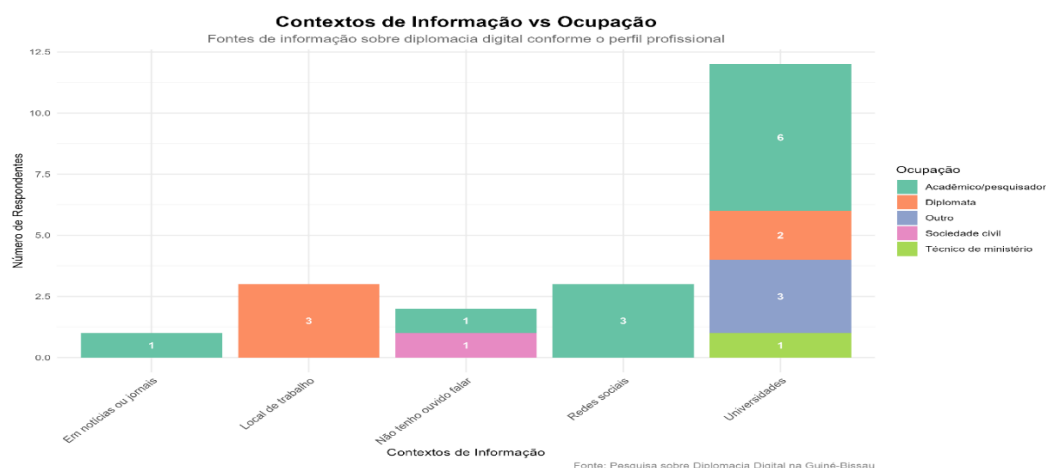
Para o caso da relação existente entre o nível de preparação dos atores institucionais e os principais desafios para a implementação da diplomacia digital, os dados do gráfico 11 evidenciam que, mesmo para os que avaliam os atores como parcialmente preparados, os desafios mais identificados permanecem estruturais, sendo 7 para a infraestrutura tecnológica inadequada, 3 na falta de políticas públicas claras, e 2 indicam as limitações de acesso à internet. Entre os 3 que consideram os atores preparados, também apontam diferentes desafios relevantes, por outro lado, os 4 que responderam não, indicam sobretudo a infraestrutura tecnológica inadequada.

Gráfico 11- Relação entre a percepção de preparação e os principais desafios.



Em seguida, o gráfico 11 compara os contextos pelo qual os participantes tiveram contato com as informações sobre diplomacia digital com as diferentes ocupações. Os acadêmicos ou pesquisadores, 6 indicam principalmente as universidades, o maior número dos diplomatas 3 apontam o local de trabalho, 3 participantes de profissão diverso (outros) também pontuam as universidades, os técnicos aparecem em menor número, mas também ligados as universidades, por último a sociedade civil apresenta e afirma não ter ouvido falar da diplomacia digital. Esse gráfico em geral mostra que, na guiné Bissau o espaço em que mais se aborda o tema da diplomacia digital é nas universidades, portanto, as universidades, a qualidade do ensino superior são importantes para a transformação digital na administração pública guineense.

Gráfico 12 – Relação entre contexto de informação por ocupação.



Conforme esperado, a análise de dados do questionário indica uma coerência com a realidade da Guiné Bissau, especialmente no que diz respeito à fragilidade tecnológica e institucional. Embora a nossa análise apresente um reconhecimento muito relevante da transição de diplomacia tradicional para a diplomacia digital com 47,6% dos participantes, ainda sim encontramos barreiras estruturais e técnicas para a sua implementação na prática.

Apesar da coerência significativa que existe entre os dados e os diagnósticos do Banco Mundial, os participantes deram maior peso à ausência de formação técnica, equipamentos antigos e na falta de políticas internas de incentivo, o que mostra a dimensão do problema. Essa discrepância mostra que além dos desafios já conhecidos, há também desafios organizacionais que precisam ser superados. Em síntese, os resultados do questionário confirmam que a transição digital está na fase inicial, e que existe o conhecimento sobre a importância da digitalização, porém, não foi colocado em prática devido à falta de infraestrutura e um planejamento estratégico.

Baseado nas evidências colhidas, foi elaborada essa proposta de ação para a diplomacia digital da Guiné Bissau.

Proposta de ações para a Diplomacia Digital na Guiné Bissau

Essa proposta de ação visa fortalecer a transição da diplomacia digital e a presença internacional da Guiné-Bissau através desses principais objetivos:

Objetivos:

- a) Fortalecer a infraestrutura tecnológica para a modernização das práticas diplomáticas;
- b) Aprimorar o conhecimento dos atores institucionais para a atuação digital;
- c) Promover a inclusão digital;
- d) Promover a imagem nacional para o desenvolvimento;

Desafios:

A implementação da diplomacia digital depende de vários fatores, e para a sua implementação identificamos alguns desafios, entre eles os principais: Infraestrutura tecnológica inadequada, acesso limitado da internet, falta de rede de comunicação autônoma e ponto de interconexão, falta de capacitação digital, baixa capacidade institucional.

Ações para realizar:

Como a Guiné Bissau pode superar esses desafios?

- ✓ Programa de capacitação: Terá como foco criar fóruns de discussões, debates e campanhas de conscientização sobre a importância da diplomacia digital no mundo, sobre a comunicação estratégica em redes sociais e análise de dados. Esse programa poderá fazer parcerias com a ENTGDGB, além de fornecer acesso a tecnologias e recursos que podem ajudá-los a melhorar seus desempenhos.
- ✓ Criação de um departamento de diplomacia digital dentro do Ministério dos negócios estrangeiros, responsável pela gestão de crises digitais, redes sociais e bom produção de conteúdo.
- ✓ Instalação de redes, servidores e segurança dos dados;
- ✓ Programa de sensibilização que vai ajudar a conscientizar os atores a deixarem de ver a internet como apenas mais um telefone e sim como um instrumento de poder estratégico para atrair investimento.
- ✓ Criação de um portal oficial (em diferentes línguas) focado na atração de investimentos.
- ✓ Ter um grupo de monitoramento e avaliação do progresso da diplomacia digital e fazer uma revisão contínua do plano.

Recursos:

Em relação aos recursos, necessita-se de: Recursos humanos; Recursos tecnológicos; Recursos Financeiros.

Apoio governamental;

Parcerias e cooperações: Organizações da sociedade civil, organismos internacionais, Ministério da educação nacional, institutos de tecnologia, Autoridade Reguladora Nacional dos TIC 's, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), CEDEAO.

Cronograma de implementação

As ações devem ser organizadas em curto (1 ano), médio (2 a 3 anos) e longo prazo (4 anos), com metas claras.

CONCLUSÃO

Como demonstrado ao longo deste trabalho, o estudo objetivou analisar os desafios, oportunidades e as estratégias de implementação da diplomacia digital na Guiné-Bissau, considerando a sua infraestrutura tecnológica e a inclusão dos atores institucionais. A pesquisa realizada evidencia que a implementação da diplomacia digital na Guiné-Bissau faz parte do entendimento da representação de uma oportunidade estratégica para fortalecer a presença e a

imagem internacional do país, bem como, de aumentar a transparência nas comunicações diplomáticas.

A pesquisa indica que a Guiné-Bissau tem mostrado avanços em ações de transformações digitais, porém a infraestrutura tecnológica é considerada regular, o que coloca em risco o bom uso dos TIC's nos serviços públicos e nas atividades diplomáticas. A importância da transição para a diplomacia digital destacado pelos atores sugere que o estado guineense deve investir na conectividade e no desenvolvimento de competências digitais.

O trabalho aponta que o reconhecimento da importância da diplomacia digital influencia o engajamento e a eficácia das práticas diplomáticas, proporcionando um ambiente institucional favorável à inovação e à integração tecnológica. No entanto, no âmbito internacional estratégias que incentivam a capacitação em TICs e promovem essas práticas são essenciais para o desenvolvimento do país. Observa-se que, para a aplicação das práticas internacionais dos países em desenvolvimento, deve ser considerado as especificidades locais da Guiné Bissau.

Conclui-se que a implementação da diplomacia digital é essencial para o futuro das relações internacionais guineenses. Especialmente, na promoção da sua imagem global e na integração com os atores internacionais.

Durante a pesquisa, tivemos algumas limitações entre as quais, o tamanho reduzido de amostra, também a coleta de dados foi realizada de forma online o que pode dificultar a participação daqueles com menor acesso à internet, além disso teve a falta de bibliografias específicas sobre a diplomacia digital na Guiné Bissau.

Em resultado desta pesquisa, recomenda-se a elaboração e a implementação de um plano estratégico para a diplomacia digital que resultará atração de investimentos em diversas áreas do país não só, mas que irá fortalecer a sua comunicação com parceiros internacionais, principalmente para superar desafios que têm sido entraves concretos do funcionamento da diplomacia digital na Guiné Bissau. Enfim, sugere-se o desenvolvimento de futuras pesquisas sobre a temática, e a inclusão da transição para a diplomacia digital como um dos objetivos da Estratégia Nacional para a Transformação Digital da Guiné-Bissau (ENTDGB).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Mayara; MENDES, Aline. Branding China: o Instagram como ferramenta de promoção da China no Brasil. *Signos do Consumo*, São Paulo, v. 17, n. 1, e234865, 2025.
- ARAÚJO, Rafael Cícero de. Diplomacia digital: as estratégias adotadas pelos Estados Unidos nos governos Obama e Trump. 2023.
- AUTORIDADE REGULADORA NACIONAL – ARN-TIC. ARN-TIC concede autorização geral provisória à Starlink na Guiné-Bissau*. Bissau: ARN-TIC, 2024. Disponível em: <https://arn.gw/arn-tic-concede-autorizacao-geral-provisoria-a-starlink-guine-bissau/>. Acesso em: 2 out. 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIRHAN, Aemro Tenaw; ENYEW, Bantayehu Demssew; CHRISTOPHER, Nsoh. Digital Diplomacy in Africa: Opportunities and Challenges. *International Journal of Research and Innovation in Social Science*, v. 8, n. 2, p. 2148–2154, fev. 2024.
- BURSON-MARSTELLER. Twitter is the preferred network for global digital diplomacy: new Burson study finds. 2016. Disponível em: <https://www.bidd.org.rs/twitter-is-the-preferred-network-for-global-digital-diplomacy-new-burson-study-finds/>. Acesso em: 7 de Julho. 2025.
- BJOLA, Corneliu; HOLMES, Marcus (org.). *Digital Diplomacy: Theory and Practice*. New York: Routledge, 2015.
- BANCO MUNDIAL. *Diagnóstico da Economia Digital: Guiné-Bissau*. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2021.
- CABO VERDE. Comissão Nacional para a Estratégia Digital aprova Plano de Ação. Praia: Governo de Cabo Verde, 2023. Disponível em: <https://www.governo.cv/comissao-nacional-para-a-estrategia-digital-aprova-plano-de-acao/>. Acesso em: 17 set. 2025.
- CABO VERDE. Resolução n.º 113/2021, de 14 de dezembro, que aprova a Estratégia de Governança Digital de Cabo Verde. Retificada pela Resolução n.º 190/2021, de 27 de dezembro. *Diário da República*, n.º 113, I Série, 14 dez. 2021.
- CROSWELL, John. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. – 2. ed. - Porto Alegre. 2007.
- DA FONSECA, Márcia Viviana Sousa. Diplomacia Digital: a nova estratégia de influência chinesa entre 2013 e 2021. 2023. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.
- DANTAS, Guibson; AGUIAR, Brandy. O advento da nova diplomacia pública e as relações públicas internacionais: o caso do Instituto Confúcio. *Revista FAPCOM*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 69-79, jan./jun. 2024.

DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT – GIZ. Promoting digital transformation in Senegal. 2024. Disponível em: <https://www.giz.de/en/worldwide/200942.html> . Acesso em: 7 set. 2025.

FÁVERO, Pedro Henrique Paulette. A diplomacia cibernética como fonte de poder: uma análise do caso estadunidense e chinês entre 2010 e 2024. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

FERREIRA, Ricardo Jorge Fonseca. *Tecnologias Digitais na Diplomacia*. 2020.

GERHARDT, T. E. & SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUINÉ-BISSAU. Lei n.º 5/2010, de 27 de maio. Lei de Base das Tecnologias de Informação e Comunicação. Boletim Oficial da República da Guiné-Bissau, 3.º Suplemento, n.º 21, 27 maio 2010.

GOVERNO DE CABO VERDE. Portal Consular de Cabo Verde. Praia, 2024. Disponível em: <https://portalconsular.mnec.govv>. Acesso em: 22 nov. 2025.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JALÓ, Amadú. *Transformação Digital e Governo Eletrônico na Guiné-Bissau*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Administração Pública) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

MANOR, Ilan. Are we there yet: Have MFAs realized the potential of digital diplomacy?: Results from a cross-national comparison. Brill Research Perspectives in Diplomacy and Foreign Policy, v. 1, n. 2, p. 1-110, 2016.

MARTINS, Cíntia; SOUSA, Pedro Ponte e. Diplomacia e política externa num mundo globalizado. Revista Negócios Estrangeiros, Lisboa, n. 20, p. 108-122, fev. 2021.

MELISSEN, Jan. The New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES DE CABO VERDE. Portal Consular: projeto de transformação digital. Disponível em: <https://portalconsular.mnec.gov.cv/projeto-transformacao-digital> Acesso em: 17 set. 2025.

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES DU SÉNÉGAL. Portail Officiel de la Diplomatie Sénégalaise. Dakar, 2024. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.sn> Acesso em: 22 nov. 2025.

NUNES, Maria Eugênia Ribeiro et al. A diplomacia digital e o uso das mídias sociais: uma análise da atuação do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Projeto de Governo Digital da OCDE para os PALOP-TL*. Paris: OCDE, 2018.

OLIVEIRA, João Maria de. A infraestrutura tecnológica do setor de tecnologias da informação e comunicação no Brasil. In: DE NEGRI, Fernanda; SQUEFF, Flávia de Holanda Schmidt (org.). *Sistemas setoriais de inovação e infraestrutura de pesquisa no Brasil*. Brasília: IPEA, 2016. p. 271–313.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Promovendo a transformação digital dos PALOP-TL: estudo regional de governo digital*. Paris: OCDE, 2018.

PARADIGM INITIATIVE. Senegal's Technological New Deal – A Digital Ambition Tested by Digital Rights. 2023. Disponível em: <https://paradigmhq.org/senegals-technological-new-deal-a-digital-ambition-tested-by-digital-rights/> Acesso em: 2 set. 2025.

PNUD. Guiné-Bissau lança Estratégia Nacional para a Transformação Digital (ENTD.GW). Bissau: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2025. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/guinea-bissau/news/lancamento-da-estrategia-nacional-para-transformacao-digital> Acesso em: 2 out. 2025.

RNEP-GW. Quem Somos – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa da Guiné-Bissau. 2024. Disponível em: <https://rnep.gw/quem-somos/> Acesso em: 2 out. 2025.

ROBERTSON, Jeffrey. Organizational culture and public diplomacy in the digital sphere: The case of South Korea. *Asia & the Pacific Policy Studies*, v. 5, n. 3, p. 672-682, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/app5.256> Acesso em: 4 jul. 2025.

ROLO, Alina Pedrosa. Teoria e prática da diplomacia digital: a comunicação político-diplomática nas redes sociais e o caso de Portugal. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko (orgs.). *Metodologia da pesquisa científica: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa*. Campina Grande: Editora Amplla, 2023.

TELEANU, Sorina; KURBALIJA, Jovan. **Stronger digital voices from Africa**: building African digital foreign policy and diplomacy. Genebra: DiploFoundation, 2022.

TELECOM REVIEW AFRICA. Orange Group contributes at large in modernizing mobile access network and extending rural coverage in Guinea Bissau. 2025. Disponível em: <https://www.telecomreviewafrica.com/articles/telecom-operators/2329-orange-group-contributes-at-large-in-modernizing-mobile-access-network-and-extending-rural-coverage-in-guinea-bissau-2/> Acesso em: 9 set. 2025.

UNITED NATIONS. Report of the Secretary-General: Roadmap for Digital Cooperation. New York: United Nations, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/content/digital-cooperation-roadmap/> Acesso em: 26 abr. 2025.

UNU-EGOV; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Limites, desafios e oportunidades da transformação digital do sistema de governação da Guiné-Bissau. Guimarães: Universidade das Nações Unidas, jul. 2021.

WAITHAKA, Irene Nyambura. **Digital Diplomacy: The Integration of Information Communication Technologies in Kenya's Ministry of Foreign Affairs, 1963–2014.** 2018.

WEKESA, Bob; TURIANSKYI, Yarik; AYODELE, Odilile. **Introduction to the special issue: Digital diplomacy in Africa.** *South African Journal of International Affairs*, v. 28, n. 3, p. 335-339, 2021.